

**CEDI**

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte Estado de São Paulo

Class.: 12

Data 11 de novembro de 1971

Pg.: \_\_\_\_\_

## Igreja enfrenta o desafio amazônico

Do correspondente em Belém

Afirmando que, em alguns pontos, o Plano Pastoral para a Amazonia está em oposição à política adotada pelo governo na região, o secretário-geral da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, disse ontem em Belém que "a Igreja não ignora a nova realidade surgida da construção de estradas, mas tampouco abrirá mão de sua missão histórica de condenar as injustiças sociais".

O secretário-geral da CNBB, que chegou ontem a Belém para participar do encerramento da reunião de bispos e preladados da Amazonia, disse que "o Plano Pastoral para a Amazonia surgiu como uma opção da Igreja e, segundo os resultados dessa experiência, a política nacional da CNBB poderá ser reformulada".

Segundo d. Ivo, "a Igreja assumirá as responsabilidades de sua ação na Amazonia, até onde ela for consequência do Plano Pastoral". Explicou, de outra parte, que o Plano não é consequência, apenas, da construção de estradas, mas também de problemas como latifúndio, minifúndio, injustiça etc. Uma das reformulações que o Plano trará é a nova política indigenista da Igreja, que começará a ser aplicada a partir do próximo ano".

### Liberdade

D. Ivo acha que "a Igreja precisa manter boa margem de liberdade para pregar o Evangelho, arcando com todas as consequências que isso possa acarretar". Admitindo que "as estradas que estão sendo cons-

truídas na Amazonia e os planos de colonização são fatos irreversíveis, que não se pode mais negar", ressaltou a posição da Igreja, "que quer, agora, trazer uma dimensão humana para esses fatos".

Para d. Ivo, o Plano de ação da Igreja "não é um ato apressado ou súbito, mas uma posição diante do impacto de realizações gigantescas, como a transferência de milhares de colonos e a construção de grandes rodovias".

O "desafio amazônico", como é classificado por dom Ivo, não representa um caso isolado na atuação da Igreja. "Aqui mesmo no Brasil — disse — enfrentamos problemas semelhantes, no Nordeste, onde as injustiças sociais têm sido constantemente denunciadas; de resto, em todo o mundo, transformações rápidas e radicais exigem uma permanente atualização da linha pastoral, sempre em consonância com a realidade social".

### Justiça e Paz

Os bispos e preladados da Amazonia decidiram ontem criar,

em cada Estado da região, uma Subcomissão de Justiça da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz. Essa Subcomissão terá a função de manter a Comissão informada sobre injustiças e irregularidades praticadas na Amazonia, segundo revelou o relator dos trabalhos, professor Aldebaro Klautau.

A próxima reunião da Comissão, dia 16, no Rio de Janeiro, formalizará a constituição das subcomissões.

Outra decisão adotada ontem pelos bispos e preladados da Amazonia dá apoio ao governador Fernando Guilhon, do Pará, por ter desapropriado a fazenda Parapora, decisão a que foi levada em virtude de conflito entre posseiros e funcionários da empresa.

Na parte final do relatório, que será divulgada hoje pela CNBB, os bispos da Amazonia tratam especificamente do problema de posse de terras, condenando as injustiças que vêm sendo praticadas contra os colonos e reconhecendo o direito que eles têm sobre a área que ocupam.